. /

6 / Brasilia^ terça-feira, 28 de julho de 1987 CORRfMO BRAZILIENSE

Diretas já tem
185 assinaturas
de constituintes

POLÍTICA
3IVALDO BARBOSA

I

0 deputado Arnaldo Fa-
ria de Sá (PTB-SP) deverá
entregar hoje, à Mesa da
Assembléia Nacional Cons-
tituinte, um requerimento
de Projeto de Decisão, de
autoria do deputado Paulo
Ramos (PMDB-RJ), que
determina a realização de
eleições diretas para a Pre-
sidência da República a 15
de novembro do ano que
vem.

Das 187 assinaturas ne-
cessárias à apresentação
do projeto, Arnaldo Faria
conseguira, até a noite de
ontem, 185 assinaturas.
Não tinha, contudo, dúvi-
das de que conseguiria, ho-
je, as duas assinaturas res-
tantes, até porque já tinha
a promessa do senador
Fernando Henrique Cardo-
so, líder do PMDB no Sena-
do, de que iria assinar o do-
cumento.
De um dia inteiro de tra-
balho, Arnaldo Faria co-
lheu seis assinaturas on-
tem. Ele tentou, das 16 ho-
ras até o final da tarde,,%
completar as 187 assinatu- r
ras, mas a ausência quase
absoluta de parlamenta-
res, e a recusa dos poucos
presentes, impediram que
ele encerrasse ontem a sua
busca.

Tentou, por exemplo.

com o deputado Arthur da
Távola, e com o líder do
PDC no Senado, Mauro
Borges. O ex-governador
de Goiás lhe respondeu que
estava temeroso de tomar
uma posição isolada, e ar-
gumentou que precisaria
reunir a Executiva Nacio-
nal do partido para decidir
se assinava ou não o docu-
mento.
Mas o trabalho de Arnal-
do Faria deverá terminar
hoje, com a entrega do re-
querimento à Mesa da
Constituinte, que a remete-
rá ao redator da Comissão
de Sistematização, Bernar-
do Cabral, que terá, então,
cinco dias para apresentar
parecer, que tecnicamente,
deverá ser favorável. Ar-
naldo Faria pretende que a
Comissão de Sistematiza-
ção decida sobre a maté-
ria, remetendo-a, em se-
guida, ao plenário da As-
sembléia Nacional Consti-
tuinte, de forma a evitar
que a questão seja tratada
apenas em novembro. Ele
acha que a discussão sobre
o mandato do presidente
José Sarney está atrapa-
lhando o trabalho de elabo-
ração do texto constitucio-
nal e, por isso, acha que o
assunto deve ser resolvido
imediatamente.

Sant'Anna desafia Arnaldo
Agora não vai haver co-
chilo, avisou ontem o líder
do Governo, deputado Car-
los SanfAnna, a respeito
do projeto de decisão do de-
putado Arnaldo Faria de
Sá. que tem 185 assinatu-
ras, convoca eleições dire-
tas para 15 de novembro de
1988 e será entregue hoje ao
presidente da Constituinte,
deputado Ulysses Guima-
rães. Ele admitiu que na
Comissão de Sistematiza-
ção, se não possui número
para rejeitá-lo, usará o mé-
todo de esvaziar o plenário
e tem certeza de que os de-
fensores da proposta não
terão 48 votos para aprová-
la.

O cochilo a que se referiu
SanfAnna diz respeito ao
projeto do deputado Paulo
Ramos. transformando
parte da dívida externa em do PMDB.

investimento e que acabou
questionado porque a apro-
vação não foi por maioria
absoluta do plenário, quan-
do a liderança do Governo
entende que essa ê uma for-
malidade por tratar-se de
matéria constitucional.

SanfAnna até desafiou
Arnaldo Faria de Sá a colo-
car os 48 votos em plenário
na Sistematização, para
aprovar sua proposta, e
disse que desta vez mobili-
zará seu grupo para que os
adversários não se valham
de suplentes, a exemplo do
que ocorreu na questão da
dívida externa. O lider go-
vernista deverá repetir a
ação de esvaziamento do
plenário que já provocou
sérios desentendimentos
dele com a ala progressista

Sarney poderá dar
entrevista todo mês
O presidente José Sarney
concederá, no próximo dia
7, entrevista coletiva à im-
prensa. Será a segunda vez
que o chefe do Governo reú-
ne a imprensa credenciada
no Palácio do Planalto pa-
ra uma entrevista coletiva.
O porta-voz da Presidên-
cia, Frota Neto, disse que
essa prática poderá ser
mensal.

A última entrevista do
presidente Sarney foi no
dia 17 de julho quando ele
reuniu a imprensa creden-
ciada no auditório do pré-
dio anexo ao Palácio do
Planalto. Inicialmente a
Secretaria de Imprensa ti-
nha reservado 45 minutos
para a entrevista, mas o
próprio Presidente decidiu
ampliar em mais 15 minu-

tos para atender mais al-
guns repórteres.

A entrevista presidencial
está marcada para as 11
horas e, como a anterior,
terá a duração de 45 minu-
tos podendo cada repórter
inscrito fazer uma pergun-
ta ao Presidente.

MÉXICO

O secretário de Imprensa
da Presidência da Repúbli-
ca confirmou ontem a data
de 16 de agosto para a via-
gem que o presidente Sar-
ney fará ao México, mas
esclareceu que ainda falta
a aprovação definitiva do
programa, que poderá ser
confirmado ainda esta se-
mana.

Costa quer que o TCU investigue a compra de apartamentos pela Previdência

Comissão examinará
•Qü

f o que governo faz

A Mesa da Câmara auto-
riza amanhã a instalação
da Comissão de Fiscaliza-
ção e Controle dos atos do
Executivo, a única que de-
verá funcionar durante o
período constituinte, e que
terá entre 27 a 35 membros.
A oposição já prepara uma
pauta — que incluí desde a
dívida externa até a Ferro-
via Norte-Sul — enquanto o
PFL, segundo sua lideran-
ça, ainda não tem assuntos
específicos para submeter
à apreciação do órgão, e o
PMDB através de seu
líder, sustenta que a Co-
missão deve acompanhar
tudo, e nada em especial.
Com poderes mais am-
plos do que uma Comissão
Parlamentar de Inquérito
(CPI) em alguns casos,
conforme a avaliação de
assessores da Casa, a Co-
missão deve acompanhar
os atos administrativos do
Poder Executivo, inclusive
os da administração indire-
ta e das fundações insti-
tuídas pelo Poder Público,
e opinar sobre: processos
de tomada de contas do
Presidente da República e
de entidades da adminis-
tração indireta, projetos de
abertura de créditos adi-
cionais, representações do
Tribunal de Contas da
União e recursos de suas
decisões, pianos e progra-
mas de desenvolvimento
nacional ou regional, proje-
tos de retificações de lei or-
çamentária e referentes à
abertura de créditos, rela-
tórios, balanços e inspe-
ções sobre as contas de ór-
gãos e entidades da admi-
nistração federal.
De acordo com resolução
da Mesa sobre o assunto, a
Comissão poderá solicitar
a convocação de Ministros
de Estado e dirigentes de
entidades da administra-
ção indireta, solicitar, por
escrito, informações à ad-
ministração direta e à indi-
reta sobre matéria sujeita
à fiscalização, requisitar
documentos públicos e pro-
videnciar a realização de
perícias e diligências, e
conceder prazo entre 10 e
60 dias para o cumprimen-
to das providências reque-
ridas. Se estas forem sone-
gadas, caberá então a apu-

Miro: autor da idéia
ração da responsabilidade
do infrator. As delibera-
ções da Comissão serão
submetidas ao plenário, e a
matéria objeto de apura-
ção pela Comissão fica ex-
cluída de apuração simul-
tânea por qualquer instân-
cia administrativa.

A instalação da Comis-
são foi requerida em abril
pelo deputado Miro Teixei-
ra (PMDB/RJ), que apre-
sentou, entre outros argu-
mentos, o de que há cons-
tantes denúncias de irregu-
laridades e até de corrup-
ção na administração dire-
ta e indireta. O • 1" vice-
presidente da Câmara, Ho-
mero Santos (PFL/MG),
deu voto favorável, e agora
a Mesa irá requerer às lide-
ranças a indicação dos
membros da Comissão, que
nasce sob o ceticismo do
líder do PT, Luiz Ignácio
Lula da Silva:
— Quem deve fiscalizar o
Executivo é o próprio Con-
gresso. Se a nível de Con-
gresso já somos uma debi-
lidade total no controle, a
Comissão terá debilidade
maior. Quero saber quem
vai participar, para não en-
trar na Comissão a fim de
avalizar as falcatruas que
o governo faz. Se for algo
sério, o PT não terá dúvida
em participar, mas se for
para mostrar pro mundo
exterior que no Brasil o
Executivo é controlado pe-
lo Legislativo, não.
Lula observou que as
CPIs nunca tiveram resul-
tado, que provas e denún-
cias sâo levantadas e não

são encaminhadas pelo
procurador-geral da Repú-
blica, indo para o arquivo.
Mais confiante, a deputada
Irmã Passoni (SP), tam-
bém do PT, acha que a Co-
missão deve examinar a
negociação da dívida exter-
na, a situação das estatais,
a administração do Fundo
de Garantia, do PIS e do
PASEP, o recebimento de
subsídios, o número de fun-
cionários públicos, os bene-
ficiários de alvarás para
exploração de minérios, o
número de brasileiros no
exterior atuando em em-
baixadas ou órgãos, o re-
passe dos recursos do BNH
e os militares lotados em
empresas privadas parale-
las às estatais.

O deputado Amaury Mul-
ler (PDT/RS) acha que a
pauta deve ser iniciada
com quatro itens: a impor-
tação de alimentos como o
leite contaminado, a carne
com aftosa, o arroz e o mi-
lho apodrecidos, a aquisi-
ção de imóveis pelo Minis-
tério da Previdência e As-
sistência Social, a "obses-
são" do governo de cons-
truir a Ferrovia Norte-Sul,
e a retomada da' constru-
ção de barragens sobre o
rio Uruguai, que afetará
"cerca de 200 mil pessoas".
Como tem a central,
Amaury Muller sugere a
internacionalização da eco-
nomia.

O líder do PC do B, Ha-
roldo Lima (BA), quer que
a Comissão examine a dívi-
da externa, sua conversão
em capital de risco, e os
apartamentos adquiridos
pelo Ministério da Previ-
dência e Assistência Social.
O líder do PFL, José Lou-
renço (BA), reagiu: "que
dívida externa? Isso é coi-
sa do PC do B! "Lourenço
disse que irá "estudar o
quadro com os vice-líderes
para tomar uma decisão"
sobre os itens a serem exa-
minados pela Comissão. Já
o líder do PMDB, Luiz Hen-
rique (SC), disse que a Co-
missão "serve ao próprio
governo, ao país e à demo-
cracia":

— Não acho nada de
anormal, até porque é regi-
mental e legal que se insta-
le tal Comissão.

Lourenco denuncia
i

Raphael Magalhães

ü ministro da Previdên-
cia Social, Rafhael de Al-
meida Magalhães, foi acu-
sado ontem pelo líder do
PFL na Constituinte, depu-
tado José Lourenço (BA),
de estar usando o nome do
presidente da República e
de ter cometido várias irre-
gularidades em seu minis-
tério. As acusações foram
levadas ao ministro Ronal-
do Costa Couto, chefe do
Gabinete Civil. •

Os parlamentares do
PFL ficaram profunda-
mente indignados com de-
clarações do ministro Ra-
phael Magalhães, feitas no
Rio de Janeiro, acusando
todo o partido de fisiologis-
ta. Os pefelistas comenta-
ram ontem, com risadas, o
incidente ocorrido entre o
ministro Antônio Carlos
Magalhães, das Comunica-
ções, e Raphael Magalhães
na última quarta-feira. An-
tônio Carlos invadiu o gabi-
nete de Raphael para re-
clamar sua desatenção.

DEMISSÕES

Na tarde de ontem, ao
comparecer ao Palácio do
Planalto para a solenidade
de assinatura de recursos

para recuperação energéti-
ca do Nordeste, José Lou-
renço procurou informar-
se se era verdade que o pre-
sidente José Sarney havia
autorizado a demissão de
pessoas que indicou para o
Funrural em Ribeiro Pom-
bal e Cansanção conforme

PDS convocará

o ministro

rr

O deputado Adylson
Motta (PDS-RS) pedirá
a convocação do minitro
da Previdência e Assis-
tência Social, Raphael
de Almeida Magalhães,
para prestar esclareci-
mentos, na Câmara dos
Deputados, sobre a
compra dos 328 aparta-
mentos funcionais em
Brasília.
Falando ontem na ses-
são da Constituinte, o
deputado disse que o fó-
rum para tratar deste
assunto é o plenário da
Câmara dos Deputados
e não a Assembléia Na-
cional. Motta argumen-
tou que essa medida ser-
virá, inclusive, para
resguardar a imagem
do ministro da Previ-
dência, já que o proble-
ma vem sendo alvo de
muitas críticas.
Em seu pronuncia-
mento de ontem, Adyl-
son Motta encaminhou à
mesa diretora da Cons-
tituinte dois oedidos de
informações: o primeiro
deles, é sobre a possibi-
lidade dos embaixado-
res brasileiros, no exte-
rior terem a delegação
para dar o aval em acor-
dos internacionais, evi-
tando as despesas com
as viagens de procura-
dores ao exterior "sim-
plesmente para dar
uma assinatura", o se-
gundo pedido é sobre o
aumento de integrantes
do conselho da Suframa

tinha sido informado pelo
Ministério da Previdência.
O presidente da República
desconhecia totalmente o
assunto.

Indignado, José Louren-
ço comunicou ao ministro
Ronaldo Couto que sua pa-
ciência com o ministro Ra-
phael de Almeida Maga-
lhães esgotara-se. Não era
apenas a sua mas de inú-
meros parlamentares do
PFL que se queixam de ser
hostilizados pelos minis-
tros. Ele poderia apresen-
tar, assim que o Governo
quisesse, uma lista dos pro-
testos existentes na banca-
da.

Para Lourenço, Raphael
de Almeida Magalhães não
é mais uma questão políti-
ca. "Ele é caso de polícia"
— afirma. O líder do PFL
está pronto a demonstrar
diversas irregularidades
no Ministério da Previdên-
cia Social, que iriam desde
a compra de apartamentos
em Brasília à de ambulân-
cias e convênios irregula-
res, contrários às determi-
nações do presidente da
República.
A irritação de Lourenço
aumentou quando, ao che-
gar em seu gabinete, to-
mou conhecimento de que,
em solenidade no Rio de
Janeiro, o ministro da Pre-
vidência havia acusado o
PFL de fisiologismo e de
somente apoiar o Governo
para obter vantagens. Cer-
cado de deputados do PFL,
Lourenço afirmou, às 19h,

que "esse Raphael agora
vai saber quem é fisiológi-
co. Vou abrir uma campa-
nha contra ele".

RISADAS

Na sala de Lourenço era
contado, com humor, o in-
cidente, ocorrido quarta-
feira última, por volta das
12h, entre os ministros An-
tônio Carlos e Raphael Ma-
galhães. O ministro das Co-
municações mandou ligar
para o da Previdência, mas
recebeu a informação de
que ele não poderia atendê-
lo porque estava em reu-
nião. Cerca de uma hora
depois mandou refazer a li-
gação e obteve a mesma
resposta, acrescida de que
o ministro da Previdência,
quando pudesse, o chama-
ria.

Irritado, Magalhães foi a
pé (os dois ministérios são
vizinhos) até o gabinete de
Raphael e interrompeu sua
reunião, acentuou que era
um ministro de Estado e
exigia respeito. Quando li-
gava, gostava de ser aten-
dido com a mesma atenção
que dispensava a seus com-
panheiros. Raphael ficou
meio perturbado,
convidou-o para tomar
uma cafezinho, mas Antô-
nio Carlos não aceitou. Por-
que "estava muito ocupa-
do". Retornou ao Ministé-
rio das Comunicações sem
aceitar os protestos de esti-
ma do ministro da Previ-
dência.

José Costa pede apuração
O deputado José Costa
(PMDB-AL) pediu, no ple-
nário da Constituinte (foto)
que o Tribunal de Contas
da União investigue o con-
trato firmado entre o Mi-
nistério da Previdência e
Assistência Social e três
empresas de BrasíliaEn-
col, Sersan e Construtora
Paulo Octávio — para a
compra de 328 apartamen-
tos no Distrito Federal,
destinados a coordenado-
res, integrantes e chefes de
equipes do Inamps, IAPAS
e INPS, transferidos do Rio
de Janeiro para a capital
federal. Segundo Costa, a
Previdência poderia ter ad-
quirido esses imóveis 30
por cento mais barato do
que o seu valor total — Cz$
1 bilhão 30 milhões.

Ao apresentar protocolos
de três empresas (Via En-
genharia, Delta e Naum e
Georges Ltda) que remete-
ram suas propostas de ven-
da ao Ministério, o deputa-
do José Costa contesta a ar-
gumentação do ministro
Raphael de Almeida Maga-
lhães, de que apenas a En-
col, Sersan e Paulo Octávio
tinham apartamentos à
venda e garante que exis-
tem oito empresas em
Brasília com imóveis a um
preço bem mais barato dos
adquiridos pela Previdên-
cia. "Os apartamentos de
dois quartos poderiam ter
custado Cz$ 1,8 milhão ca-
da e não Cz$ 2,1 milhão, co-
mo a Previdência com-
prou", disse ele.

* Outro fato alertado pelo

1

deputado é o de que algu-
mas empresas vendedoras
estão sendo executadas pe-
lo lapas. Uma delas, con-
forme denunciou Costa, de-
ve quantia aproximada a
CzJ 21 milhões e afirmou
que não sabe como "o mi-
nistro quer justificar isso".
Na opinião do parlamen-
tar, auxlliares de Raphael
de Almeida o induziram ao
erro, "ocultando fatos que,
pelo menos à primeira vis-
ta, parecem corrupção".
Declarou ter certeza de que
o ministro desconhece es-
ses fatos e no seu pronun-
ciamento classificou o titu-
lar da pasta da Previdên-
cia de "homem de respon-
sabilidade ilibada".

O parlamentar alagoano
demonstrou ainda sua
preocupação com as suces-
sivas denúncias de corrup-
ção no País, observando
que do escândalo da Ferro-
via Norte/Sul para esse
"houve um curto espaço de
tempo". Costa deve enca-
minhar oficialmente seu
pedido de apuração junto
ao TCU ainda esta semana
e assegurou que vai conti-
nuar com as denúncias so-
bre os imóveis comprados
pela Previdência. O depu-
tado cobrou também do mi-
nistro Raphael de Almeida
"esclarecimentos à opinião
pública", achando que "pe-
lo alto valor do contrato, o
Ministério deveria ter
aberto concorrência públi-
ca".